

ENSINO E PRUDÊNCIA: ASPECTOS ESSENCIAIS À ÉTICA EM SANTO TOMÁS DE AQUINO

OLIVEIRA, Terezinha *

RESUMO

O objetivo deste trabalho é tecer considerações sobre o entendimento de homem, no século XIII, a partir do olhar de Tomás de Aquino. Neste sentido, torna-se relevante compreender a realidade histórica do autor, bem como suas proposições. Dois aspectos serão destacados nesta análise. O primeiro vincula-se à ambiência cidadina que se espelha nas corporações de ofícios, sendo a Universidade uma delas. A segunda diz respeito ao conceito de pessoa e conhecimento que este ambiente constrói e no qual o mestre dominicano Tomás é um de seus maiores expoentes. Para nós, estes dois ângulos se explicitam na forma como se processa o ensino no qual a prudência é uma de suas características vitais. Destacamos que, para o primeiro aspecto, nos basearemos na historiografia e em autores medievos e, para o segundo, nos pautaremos nas questões 47 da *Suma de Teologia* (II^a- II^{ae}).

PALAVRAS-CHAVE: Ensino. Prudência. Tomás de Aquino.

EDUCATION AND PRUDENCE: KEY ISSUES FOR ETHICS IN SANTO TOMÁS DE AQUINO

ABSTRACT

The proposal of this text is to make comments on the understanding of man in the thirteenth century, from the look of Thomas Aquinas. Accordingly, becomes important to understand the historical reality of the author, and his propositions. Two aspects are highlighted in this analysis. The first links to city environment that mirrors the offices of corporations, and the University is one of them. The second concerns the concept of person and knowledge that this environment builds in which the Dominican master Thomas is one of its greatest exponents. For us, these two angles are explicit in how the teaching takes place in which caution is one of its vital characteristics. It emphasized that for the first appearance of our text we based in historiography and medieval authors and the second in tariffs, especially in issues 39 and 40 of the Summa of Theology (II^a-II^{ae}).

KEYWORDS: Teaching. Caution. Thomas Aquinas.

O objetivo deste texto é analisar discussões travadas, no seio da Universidade parisiense medieval, que apresentavam debates e entendimentos sobre os homens e a natureza das coisas em geral. Existia, naquele tempo histórico, particularmente na segunda metade do século XIII, uma forte inquietação sobre a origem das coisas e, em particular, acerca do homem. Essa angústia no campo do pensamento não é gratuita. Com efeito, não surgiu na cabeça de alguns teóricos que, de repente, passaram a indagar sobre tudo. Ao contrário, a

* Doutora em História, Professora do Departamento de Fundamentos da Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá - teleoliv@gmail.com Este texto faz parte de uma pesquisa Financiada pelo CNPq/PQII.

própria indefinição teórica nasceu com as mudanças estruturais e mentais que principiaram a ocorrer no Ocidente medieval a partir de fins do século XI. A proposta de reforma imposta por Gregório VII, o renascimento do comércio e das cidades, a organização e sistematização das relações feudo-vassálicas deram aos homens novas perspectivas de se verem como sujeitos. Tiveram início discussões sobre o poder do príncipe, debates sobre a legitimidade do governante laico ou eclesiástico, inclusive, sobre a natureza de governo, ou seja, o que seria um governo justo, discussões sobre a usura, sobre a jornada de trabalho do artesão, dentre outras. Há que se considerar que estes debates não estiveram presentes em outros momentos do medieval, mas, são próprios deste tempo que se iniciou com o amadurecimento do sistema feudal.

Neste novo cenário do homem medieval, as cidades, que na primeira Idade Média, não eram *locus* essenciais da vida, passam a ser o espaço onde os homens viviam e a maior parte das decisões no âmbito do trabalho, da produção, da política e do ensino principiava a serem tomadas.

Segundo Rossiaud, no artigo **O cidadão e a vida na cidade**, os homens medievais que habitavam as cidades possuíam intrinsecamente uma mentalidade mercantil porque tudo nela girava em torno do comércio “As funções cidadinas podem ser múltiplas [...], mas o que impera é a mentalidade mercantil, que molda as sensibilidades e os comportamentos” (ROSSIAUD, 1989, p. 105).

Na ambiência cidadina as pessoas habitavam um espaço comum, no qual os interesses principais assumiam as mesmas características. Os artesãos, embora desempenhassem atividades distintas das do jurista, do jornaleiro, do professor ou da prostitua, em última instancia, acabavam por ser igual a todos os demais porque faz o que todos os demais fazem: **vendiam algo**. Neste sentido, a cidade medieval cria um espírito comum que perpassa a todos que é, de acordo com Rossiaud, a mentalidade mercantil. Destaca-se que este sentido e sentimento de igualdade são próprios da cidade. É nela que se cria a possibilidade de igualdade entre os homens, o sentido de pertencimento e os interesses comuns. Esta comunidade, ainda que originada das relações feudais e incrustada na propriedade do senhor, se difere delas, pois o ambiente citadino abre espaço para o fim da hierarquização social, base das mediações sociais entre senhores e vassallos, senhores e servos, laicos e eclesiásticos, homem e Deus. Cria-se nela o sentimento de ocidentalização que se difere do sentido cristão (ROSSIAUD, 1989).

Este espaço, no qual o homem e os seus interesses se tornam cada vez mais comuns, promove, também, uma grande revolução mental. Se até os séculos XI e XII, no Ocidente

medieval, o papado procurou impor sobre a sociedade uma mentalidade eminentemente cristã, com o surgimento das cidades e o re/nascimento das atividades mercantis, essa imposição que, em alguns momentos, delineava-se vitoriosa, esboroa-se, dentre outras razões porque o espaço citadino é singular. Os homens que o habitam criam leis e necessidades seguindo seus interesses. Todas desejavam viver livres de seus senhores para se organizarem, produzirem e comercializarem com liberdade. Na verdade, a palavra de ordem era a liberdade. É neste cenário que surgem as Ordens Mendicantes, que iniciam a pregação de uma nova leitura da religião cristã, com um novo comportamento que tinha como intenção se opor a forma eclesiástica vigente. As Ordens Mendicantes, no século XIII, confundem-se com as cidades. Os pregadores não podem mais viver isolados de seus fiéis. Sua principal missão, especialmente para os dominicanos, era a evangelização e o ensino. Por conseguinte, não poderiam habitar outro espaço que o da cidade. Segundo Le Goff, na obra **Uma Longa Idade Média**, observa que até a organização espacial das cidades medievais do Ocidente foi influenciada pelos mendicantes (LE GOFF, 2008, p. 187).

De acordo com o autor, existia quase uma simbiose entre as cidades e a instalação de conventos mendicantes. Junto com o espírito de liberdade apresentado pela população citadina, em relação aos seus senhores, os mendicantes propõem também uma forma distinta de ser religioso: o da pobreza.

A luta pela liberdade e o ideal de pobreza constroem, lado a lado, uma mentalidade cristã diferente daquela que vigorara no Ocidente por quase seis séculos e nela, tal como o trabalho, o conhecimento assume novas características. Essa mudança influenciou o conhecimento e as práticas cotidianas de maneira substancial na modernidade, a ponto de Bacon, na obra **O progresso do conhecimento**, afirmar que o conhecimento e a sabedoria não conduzem os seus detentores à riqueza e este fato era uma realidade desde os mendicantes medievais do século XIII.

No que concerne à necessidade, e que é o caso de doutos geralmente começarem com pouco e não enriquecerem tão rapidamente como outros homens, porque não orientam seus trabalhos principalmente ao lucro e ao ganho, quem melhor poderia desenvolver o tópico do elogio da pobreza seria um desses frades [mendicantes] a quem tanto atribuiu Maquiavel nesta questão [...] (BACON, Liv. I, cap. III, § 2).

Todavia, se a sabedoria não é o caminho para a riqueza, ela possibilita a conservação e construção de um espírito de civilidade, indispensável à vida em comunidade. Para Bacon, o governo (príncipes) e a igreja (clero) foram salvaguardados no final da Idade Média, graças à sabedoria dos pregadores mendicantes que, ainda que tivessem selado que o conhecimento

não produzia a riqueza material, asseguraram aos homens o ‘sentido de civilidade’ e a ‘honra’, em última instância, conservaram o *humanitas* do homem. É, pois, este humano ‘civilizado’, ao qual Bacon se refere e que foi construído pelos mendicantes, pela mentalidade mercantil, pela luta em prol da liberdade da cidade, que estamos designando como uma nova mentalidade cidadina. Deriva dela a forma como o conhecimento passa a ser ensinado pelos mendicantes na Universidade do século XIII, especialmente na parisiense. O ensino não pode mais ser praticado e ter como fundamento único os escritos sagrados. Sob todos os aspectos o ensino sofre profundas alterações.

Desde fins do século XI, a partir dos escritos de Anselmo de Bec, o ensino principiara a sofrer mudanças estruturais. Não é gratuito que muitos autores afirmem que é neste momento que a filosofia Escolástica principia a florescer. Mais uma vez as cidades influenciam sobremaneira estas mudanças. No século XII, verificamos nas escolas cidadinas e monacais o uso do livro como um instrumento importante no processo de ensino e aprendizagem. Junto com o livro e quase que também uma modalidade de livro, surgem as Sumas (SOUTHERN, 1955, p. 218 e 219).

A finalidade da Suma era, para o Southern, elaborar uma síntese dos conhecimentos produzidos pelos homens de outros tempos de forma a construir um cabedal de conhecimentos que lhes possibilitasse se aproximar da sabedoria e da autoridade dos grandes homens de outros tempos, especialmente Aristóteles. Ao conhecerem o passado, os indivíduos construiriam novos conhecimentos. O passado tornara-se elemento essencial do presente, aliás, condição essencial para a formação do homem citadino do século XIII. Todavia, é importante destacar que o conceito de passado e antigo na Idade Média é diferente do contemporâneo. Para se ter uma idéia, Tomás de Aquino se definia como moderno e considerava os mestres seculares da primeira metade do século XIII como antigos, muito provavelmente porque não se apropriaram do conhecimento aristotélico.

Ao discutir o conhecimento, o ensino e a influência dos intelectuais no século XIII, Le Goff destaca as duas formas essenciais que o ensino assume nas escolas cidadinas, mas, que ganham corpo e vitalidade nas aulas escolásticas da Universidade. Trata-se também da Suma e da *disputatio* (Le Goff, 2007, p. 187).

Ao mesmo tempo em que a Suma expressava a tradição, a sabedoria antiga, elementos essenciais ao saber do século XIII, é condição para a construção de novos conhecimentos pela própria forma de se ensinar o passado. A *disputatio* levava os homens à reflexão e ao questionamento. Assim, conteúdo e metodologia usados para se ensinar conhecimentos do passado produziam as construções do saber no presente.

É, pois nesta ambiência cidadina e praticando esta forma de ensino no qual a Suma era a base do conteúdo do passado sistematizado, aliado à *disputatio* como instrumento de memorização e reflexão, que o mestre Tomás de Aquino ensina, em uma das questões apresentadas na **Suma Teológica**, a importância da prudência na construção da sabedoria humana. Trata-se da Questão 47 da IIª IIª^{ae}. Para viver em comum, nas cidades, para que os diferentes segmentos sociais pudessem conviver, as mais diferentes profissões pudessem florescer sob um ambiente de certa paz, era necessário que os homens fossem tolerantes. No entanto, como a prática da tolerância não é natural aos homens, ela necessita ser ensinada por meio da prudência.

A *Questão 47 - Da prudência em si mesma* está apresentada na **Suma** e discutida em dezesseis artigos. Todavia, em virtude da delimitação da temática, trataremos neste texto somente dos artigos 1, 3, 4, 8, 11, 15 e 16, pois, estes tratam especificamente da forma como os homens vivem em comum, ou seja, como sujeitos singulares cujas existências estão pautadas na relação com outros.

O art. 1 aponta a importância da prudência no convívio social. Afinal, prudente é aquele que vê longe, que, a partir do conhecimento do passado e do presente, pode, pela compreensão dos fatos e pelo discernimento proveniente da razão, antecipar os problemas e prevenir-se para o futuro.

RESPONDO. Segundo Isidoro: “prudente significa o que vê ao longe, é perspicaz, vê o desenlace dos casos incertos”. A visão não pertence à potência apetitiva mas à cognoscitiva. Por isso é evidente que a prudência pertence diretamente à potência cognoscitiva. [...] (TOMÁS DE AQUINO, ST, IIª IIª^{ae}, q. 47, a. 1).

QUANTO AO 2º., deve-se dizer que o prudente considera o que está distante enquanto é ordenado para auxiliar ou impedir as coisas que devem ser feitas no presente. Está, pois, claro que as coisas consideradas pela prudência, se ordenam a outras como a um fim. Com relação aos meios que levam ao fim, existe o conselho na razão e a escolha na vontade. [...]. Por isso, o escolher pode ser atribuído a prudência de modo consequente, enquanto dirige a escolha por meio do conselho (TOMÁS DE AQUINO, ST, IIª IIª^{ae}, q. 47, a. 1, adm. 2).

Logo, o fato de a prudência ser a capacidade de discernimento pelo conhecimento dos fatos passados/presentes, isso implica que a prudência faz parte do intelecto, pertencendo à potência cognitiva do ser, por conseguinte, faz parte da razão. Precisamente porque precisa ser conhecida para ser praticada, a prudência não é natural, não pertence às atitudes derivadas da vontade.

Nesse sentido, para a pessoa ser prudente é preciso sempre o conhecimento. Para que o homem seja prudente em suas atitudes, precisa não só conhecer o passado/presente, mas, para agir, no seu tempo presente e ter discernimento para as atitudes do futuro, necessita conhecer as coisas que estão em seu entorno, bem como as coisas mais gerais. Esses níveis de

conhecimento são definidos pelo mestre Tomás, no artigo terceiro, como princípios singulares e universais.

RESPONDO. [...] Ora, ninguém pode aplicar convenientemente uma coisa a outra sem conhecer ambas: o que é necessário aplicar, e aquilo ao que se deve aplicar. As ações, porém, acontecem nos singulares. Por isso, é necessário que o prudente conheça tanto os princípios universais da razão como os singulares, que são o objeto das ações (TOMÁS DE AQUINO, ST, II^a II^{ae}, q. 47, a. 3).

Os homens, de acordo com o Aquinate, praticam retamente seus atos quando a prudência, originada do uso da razão e do conhecimento das coisas singulares e universais, dirige seus pensamentos e ações. Logo, a prudência pressupõe o conhecimento não só das coisas singulares, mas também, as universais.

Se a prudência necessita do intelecto para agir, do conhecimento das coisas passadas e presentes, do singular e do todo, necessariamente ela é uma virtude, como aparece no artigo 4 da Questão tratada. Segundo o Aquinate ela não é simplesmente uma virtude, mas, como provem diretamente do intelecto e conduz, pela razão, a reta ação humana, ela faz parte das virtudes morais, por que como as virtudes, em geral, ela está relacionada ao ‘bem e a boa obra’. “Ora, compete à prudência, [...] aplicar a reta razão à obra, o que não se faz sem apetite reto. [...] a prudência não realiza somente o conceito de virtude como as outras virtudes intelectuais, mas possui também a noção de virtude própria das virtudes morais [...]” (TOMÁS DE AQUINO, ST, II^a II^{ae}, q. 47, a. 4).

Prosseguindo na idéia principal deste texto, a de que o ensino universitário, especialmente o ministrado pelo mestre Tomás, está em consonância com as questões vinculadas à vida cidadina e às relações sociais, destacamos que os artigos mencionados até aqui trataram da prudência, em geral, como virtude, e da prudência no âmbito das atitudes humanas singulares, nos próximos dois artigos o Aquinate explicita de que maneira a prudência deve fazer parte das virtudes do governo.

No art. 8, ao indagar se comandar é ato principal da prudência, o mestre dominicano destaca o fato de que as pessoas que usam a razão no agir são comandados pela prudência e, portanto, têm o comando sobre suas ações. Por conseguinte, tomam decisões que convergem para o bem.

QUANTO AO 2^o., deve-se dizer que se requer a bondade da deliberação para que aquilo que foi bem encontrado seja aplicado à ação. É por este motivo que comandar pertence à prudência que é boa conselheira.
QUANTO AO 3^o., deve-se dizer que o mover-se entendido absolutamente, pertence à vontade. Mas comandar implica uma moção acompanhada de ordem. Por isso, este é um ato da razão, como foi dito precedentemente (TOMÁS DE AQUINO, ST, II^a II^{ae}, q. 47, a. 8, adm 2 e 3).

Essa reflexão é importante por que fica explícito que os movimentos humanos, quando provenientes do acaso, não possuem uma finalidade clara e definida. Há as ações e movimentos, mas são derivados da vontade e não do discernimento. Somente a prudência pode dar às decisões e atitudes um fim objetivo ou, como salienta Tomás de Aquino, uma ‘ordem’.

Esta mesma ordem objetiva nas ações singulares deve incidir nas atitudes do governante, pois, ele deve ter claros os seus propósitos e planejar sempre suas atitudes porque interferem de forma direta nos caminhos da comunidade. O governante não pode seguir o curso de seus desejos e vontades, mas, acima de tudo, deve saber comandar e obedecer. Esse é o teor do art. 11. “QUANTO AO 2º., deve-se dizer que como diz Filósofo, na passagem citada: “O homem bom deve poder mandar bem e obedecer bem”. Consequentemente, a virtude do bom príncipe está também incluída na virtude do homem de bem” (TOMÁS DE AQUINO, ST, IIª IIª^{ae}, q. 47, a. 11, adm. 2).

Para o mestre dominicano as naturezas da prudência que visam o bem diferem quanto a sua finalidade, mas, todas necessitam do reto agir. Quando a prudência destina-se ao bem do indivíduo é a prudência deste que comanda seus atos, portanto, os resultados de sua prudência atingem o agir particular. Quando se destina à família, o pai em geral deve ser a pessoa mais prudente porque dos seus atos e do seu comando depende o bem de várias pessoas (sua linhagem). Todavia, o reto agir do governante deve ser o mais prudente e ele deve ter clareza de sua prudência porque é de seu agir/comando que depende o bem da comunidade. Desse modo, o governo prudente, com vistas ao bem comum, deve ter conhecimento, fazer uso de seu intelecto, saber aconselhar e, antes de tudo, saber comandar com a razão e a justiça porque delas dependem todos que habitam a comunidade/cidade. Ainda que a prudência seja geral, a partir do intelecto e da razão, o seu uso, no que diz respeito ao comando, requer níveis distintos de prudência não porque ela, em si, seja distinta, mas, porque os atos dos indivíduos singulares atingem níveis distintos nas relações sociais quando comandam a si mesmos, a família e a comunidade.

Por fim, no último art. o 16, o mestre expõe uma questão essencial para se compreender a importância e natureza da virtude da prudência. Trata-se da reflexão acerca da importância da memória para o agir prudente. O Aquinate destaca o fato de que o esquecimento está vinculado ao conhecimento e como a prudência depende do conhecimento e da vontade/ato, não necessariamente a ausência de memória poderia ser prejudicial à prudência. Entretanto, como a prudência implica no comando reto das ações humanas, quando, pelo esquecimento, esquecemos o que conhecemos, necessariamente a prudência é

afetada porque os atos cotidianos dependem das lembranças. Sob este aspecto a memória é importante para a prudência porque ela permite a permanência do passado e do conhecimento cognitivo (TOMÁS DE AQUINO, ST, II^a II^{ae}, q. 47, a. 16, adm. 2 e 3). Afiança Tomás neste artigo que ausência de memória produz um ‘certo impedimento’ da prudência, porque obstaculiza o reto agir que deriva do conhecimento.

Com efeito, ao tratar da prudência, na Questão 47 (II^a - II^{ae}) da **Suma Teológica**, o mestre Tomás chama a atenção para aspectos importantes ao convívio social, especialmente ao cidadão do século XIII, mas, não somente nele. A vida em comum pressupõe certos requisitos que são imprescindíveis à manutenção da harmonia na comunidade. Um destes requisitos é o uso da prudência no agir cotidiano, pois, os diferentes interesses dos indivíduos que necessitam relacionarem-se uns com os outros, no ambiente novo das cidades medievais, produzem divergências e conflitos. Somente o uso da prudência nas ações singulares e universais permite condições para o convívio em comunidade. Todavia, como a prudência não é uma virtude natural, ela precisa ser ensinada e aprendida. É, pois, esse processo de ensino que verificamos na reflexão tomasiana. Para ensinar esta virtude moral, tão necessária à ambiência do século XIII, o mestre dominicano recorreu aos conteúdos e métodos que eram próprios de sua época: a **Suma** e a **Disputatio**. O mestre nos ensinou que, por meio da aprendizagem da prudência, os homens poderiam, ainda que diferentes, conviverem e produzirem a tolerância necessária para o convívio social.

REFERÊNCIAS

BACON, F. **O progresso do conhecimento**. São Paulo: Unesp, 2007.

LE GOFF, J. As Ordens Mendicantes. In: **Uma Longa Idade Média**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 173-189.

LE GOFF, J. **As raízes medievais da Europa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

ROSSIAUD, J. O cidadão e a vida na cidade. In: LE GOFF, Jacques (dir.). **O homem medieval**. Lisboa: Editorial Presença, 1989, p. 99-122.

SOUTHERN, R. W. **La formacion de la Edad Media**. Madrid : Revista de Occidente, 1995.